

O campo de golfe olímpico e a imprensa ambiental: algumas verificações¹

João Adalberto Campato Jr.

Professor Doutor, Universidade Brasil, Brasil
campatojr@gmail.com

Eliane Calmon Malvar

Professora Mestre, UNIESP, Brasil.
ecalmon19@gmail.com

¹ O presente artigo insere-se no contexto mais amplo da pesquisa sobre as repercussões midiáticas do campo de golfe olímpico do Rio de Janeiro realizada por Eliane Calmon Malvar e João Adalberto Campato Jr. no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil. Decorreu dessa pesquisa, igualmente, a dissertação de Mestrado de Eliane Calmon Malvar, intitulada *A polêmica do campo de golfe olímpico: um estudo de comunicação ambiental* (2019), orientada por João Adalberto Campato Jr.

RESUMO

Este artigo investiga de maneira crítica e sistemática a cobertura da grande imprensa on-line brasileira da polêmica do Campo de Golfe Olímpico, na cidade do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Com isso, objetiva-se refletir sobre como o grande jornalismo virtual retratou e refratou as tensões ambientais e sociais nesse evento, além de observar a influência dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública sobre questões ambientais. Para alcançar os objetivos acima indicados, fez-se uso de pesquisa qualitativa e da técnica de análise de dados conhecida por Análise de Conteúdo. Ao final da investigação, concluiu-se, entre outros aspectos, que a grande imprensa ambiental brasileira on line não se lança a denúncias e críticas mais veementes ao episódio em questão provavelmente por ser porta-voz dos grupos dominantes capitalistas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Ambiental; Área de Proteção Ambiental; Jogos Olímpicos de 2016.

1 INTRODUÇÃO

As notícias ambientais são veiculadas pela grande imprensa e pela imprensa especializada. No primeiro caso, trata-se de influentes empresas jornalísticas leigas em meio ambiente, aí tratado esporadicamente. No segundo caso, é uma imprensa especializada, com jornais de tiragens mínimas, endereçados a um público mais homogêneo e que aborda as questões ecológicas de forma mais técnica, integrada e crítica.

O jornalismo ambiental reveste-se de notável relevância, pois é por meio dele que se tem, quase sempre, acesso a acontecimentos relativos ao meio ambiente. O jornalismo ambiental é responsável pelas representações subjetivas e sociais da opinião pública sobre eventos do ambiente. Ao levar em conta a forma pela qual os órgãos de comunicação tratam determinado tema, acontecimento ou personalidade, depara-se com a maneira pela qual a população é ideologicamente conduzida a opinar sobre os mesmos eventos. Nesse quadro, torna-se fundamental nunca perder de vista que os órgãos de comunicação não são neutros, não realizando coberturas jornalísticas totalmente distanciadas e passivas em relação ao seu objeto de atenção.

O tema do presente artigo localiza-se no âmbito da comunicação ambiental, investigando a cobertura jornalística da grande imprensa *on-line* brasileira de um fato relacionado aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, no ano de 2016, e que se reporta a um problema socioambiental. Trata-se do campo de golfe utilizado durante os Jogos e construído em área de proteção ambiental, na zona oeste do Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca, próximo à Lagoa de Marapendi e seus mangues.

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro foram antecidos de obras de infraestrutura urbana, acarretando prejuízos ambientais à mata atlântica, como a construção do Campo de Golfe Olímpico. É curioso o fato de que, exatamente nessa região, a partir do anúncio de que a cidade do Rio de Janeiro seria sede olímpica, houve aumento no valor das áreas destinadas à construção civil. O campo de Golfe, com 970 mil metros quadrados, situado na Barra da Tijuca, gerou intenso debate na ocasião de sua implementação por alguns motivos, dentre os quais: 1) por ser construção orçada em mais de R\$ 60 milhões, e por ter sido levada a cabo por empresa

privada (PESSOA, 2016); 2) por estar localizado em terreno privado. Por sinal, o campo situa-se na área de proteção ambiental (APA) de Marapendi. 3) pela inexistência estudo de impacto ambiental antes da construção. 4) pela empresa proprietária da área, que, por ter cedido o campo de golfe por 20 anos para projetos públicos, obteve em troca o direito de erguer no entorno 22 edifícios de alto padrão.

Mesmo após a realização do Jogos Olímpicos e com a sinalização de incremento ao esporte, por meio da concessão do campo de golfe por 20 anos ao Poder Público, o legado negativo foi o ambiental, em decorrência do prejuízo ecológico naquele *habitat*. Até o momento da “necessidade” da construção do Campo de Golfe Olímpico, aquela área de proteção ambiental (APA) impediu a urbanização, à custa de restrições municipais, que não permitiam edificações na localidade. Nos jogos olímpicos, durante as partidas de golfe, animais circulavam livremente nos gramados, procurando o que antes era sua “residência” natural (PESSOA, 2016). No seguimento de considerável embate judicial a fim de que a construção do campo chegasse a bom termo, os vereadores do Rio de Janeiro, em 2012, aprovaram licença ambiental à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, desapropriando algo da vegetação pertencente à Mata Atlântica do Parque de Marapendi, contrariando a legislação anterior, a população, os movimentos ambientais, as ONG’s e até o Ministério Público, que concluiu que a obra causaria degradação do meio ambiente.

Tal questão suscitou e tem suscitado polêmicas e debates, aos quais a imprensa não ficou e não tem ficado imune, noticiando as controvérsias por meio de jornais impressos, televisados ou *on-line*. É indispensável considerar e rever esse debate para estabelecer políticas ambientais de urbanização, não apenas nas grandes cidades, mas, igualmente, nas pequenas, conscientes e sem interesses político-partidários e financeiros, distanciando-se de tudo aquilo que sinaliza para um prejuízo social e ambiental para a coletividade no presente e no futuro.

Procura-se, neste artigo, refletir sobre a polêmica provocada pelo campo de golfe das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Com isso, tem-se o propósito de examinar a cobertura que a grande imprensa *online* brasileira consagrou ao fato, sobretudo no sentido de captar as linhas básicas de interpretação que ela deu ao fenômeno, em seu processo de construção discursiva.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foram seguidos os caminhos da pesquisa qualitativa, que, para Sampieri, Collado e Lucio (2013), proporciona entendimento de fatos, percepções, emoções e pensamentos, não de uma perspectiva quantitativa, mas de uma orientação que se aprofunda nos casos e nas pessoas analisadas, procurando-lhe as significações nucleares e as vivências mais agudas. Nela, admite-se, em certa escala, a subjetividade do pesquisador, que não anula os valores pessoais. Outra faceta dessa pesquisa consiste em coletar os dados com base em número reduzido de casos. No final, a pesquisa não visa a generalizar resultados a uma população, mas, antes, a compreender os fatos levados em consideração na investigação, em seu contexto particular de aparecimento e com base no olhar dos participantes. Nesta investigação, foram considerados os grandes

jornais *online* brasileiros não especializados em assuntos ambientais, que dedicaram reportagens ao campo de golfe olímpico durante a Olimpíada do Rio de Janeiro e, também, no ano anterior (2015) e no ano posterior ao evento (2017). Os jornais com matéria analisada foram *Folha de S. Paulo*, *Extra*, *Veja Rio* e *O Estado de São Paulo*, pertencentes a influentes grupos de comunicação do eixo Rio-São Paulo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 JORNALISMO AMBIENTAL

Para Berna (2010,), o jornalismo ambiental é uma modalidade do jornalismo científico, pois “lida com a ciência e busca difundir a relação sociedade – meio ambiente”. Bueno (2007) destaca que o jornalismo está às voltas com as estratégias de promoção e divulgação da causa ambiental vinculadas a todo um sistema de produção típico, que é o do jornal e o dos profissionais da imprensa. O jornalismo ambiental está mais comprometido com a atualidade, com específicos formatos de textos e com periodicidade regular. Ao jornalismo ambiental compete deve adotar uma pauta comprometida, não se limitando em retratar os fatos, mas, antes, examinando as causas que lhes deram origem. Bueno (2008, p.165) assinala que, dentre as várias funções do jornalismo ambiental, é dever destacar três: 1) a função informativa: por esta função, a imprensa ambiental preenche as necessidades que os cidadãos têm de estar a par do que acontece no plano do meio ambiente; 2) a função pedagógica: por meio desta função, o jornalismo ambiental deve expor as causas e soluções de problemas ambientais.; 3) a função política, pela qual a imprensa ambiental engaja a sociedade em torno da solução dos problemas ambientais, lutando contra os interesses de empresas e setores nocivos à saúde do meio ambiente como um todo. Além disso, a imprensa ambiental tem a obrigação de vigiar a ação dos governantes.

Quanto às modalidades de mídia ambiental, há as notícias ambientais que chegam ao público por meio da grande mídia ou da mídia especializada. A primeira não é especializada em meio ambiente, dele tratando esporadicamente ou em pequenos espaços. Já os veículos da mídia ambiental são destinados à discussão de temas ambientais, que aí são tratados de forma mais aprofundada e técnica. Quase invariavelmente, os proprietários da grande mídia são constituídos de famílias da elite econômica, tendendo, na opinião de Berna (2010, p. 41), a “reproduzir o pensamento do modelo econômico dominante”. Já a mídia especializada ou mídia ambiental, ainda segundo o autor, está “mais ligada à resistência social, à denúncia, à crítica, à oposição a este modelo dominante”.

Relativamente ao jornalismo *on-line* ambiental, John (2004) acentua: “ainda engatinha, mas já demonstra que pode crescer muito e merece a atenção de instituições governamentais e não governamentais”. Ainda sobre o jornalismo ambiental apresentado nesse canal, ela não deixa de salientar que suas maiores qualidades são a agilidade, a abrangência, a replicabilidade e a permanência, isso sem contar que alguns tipos de reportagens apenas

alcançam ser bem-sucedidos se desenvolvidos em ambiente virtual, como o acompanhamento em tempo real de uma expedição científica.

3.2 A POLÊMICA

A polêmica consiste numa complexa interação verbal pública, de modalidade argumentativa, marcada por conflitos e controvérsias, que não levam necessariamente a um acordo entre os participantes dos debates (AMOSSY, 2017). As polêmicas conduzem ao dissenso e ao desacordo, que significam falta de solução da discussão. São típicos da polêmica os seguintes traços: ancoragem conflitual (dicotomização e polarização) e a desqualificação do outro. A dicotomização consiste numa exacerbação de oposições, ocorrendo quando se discutem duas teses antitéticas. Já a polarização se processa no campo dos participantes do debate, estabelecendo oposição entre um “nós” e um “eles”. O agrupamento e a comunhão identitária são facilitados porque o “nós” possui um inimigo comum: o “eles”.

Em 2009, ocorreu a eleição para escolha da sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O Rio de Janeiro ganhou o certame. Dessa época em diante, o Brasil sediou outros megaeventos esportivos, como a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. Para sediar a olimpíada, o Rio de Janeiro concorreu com o Japão e os Estados Unidos da América, vencendo-os. Passado um ano da realização dos jogos, vem à tona a notícia de que a vitória da cidade do Rio de Janeiro ocorreu mediante pagamento de propina no valor de 2 milhões de dólares.

Na Olimpíada do Rio, uma curiosidade: o retorno do golfe, modalidade não praticada desde 1904. Quando a cidade foi escolhida sede dos jogos, o golfe estava fora das competições olímpicas de modo que o Rio não tinha se preparado para o retorno do golfe, anunciado em 09/10/2009, uma semana depois de a cidade ter sido eleita sede dos jogos de 2016. A cidade, então, teve de se mobilizar para oferecer campo adequado para que o golfe fosse praticado, o que equivale a dizer com um terreno de grande extensão, ao ar livre, com lagos e outros requisitos encontrados num terreno destinado para prática desse esporte. Embora na cidade do Rio de Janeiro já houvesse dois campos de golfe, inclusive com a aprovação do COI, o comitê olímpico brasileiro (COB), segundo se propaga, achou por bem construir novo espaço para a prática do golfe nas olimpíadas. Ocorre que o campo foi construído numa área de proteção ambiental (APA), na Barra da Tijuca, o que, naturalmente, causou uma grande polêmica.

Mesmo depois de transcorridos os jogos olímpicos, o campo de golfe prosseguiu gerando controvérsias, reacendida, segundo Altino (2017), todas as vezes em que algum político ou dirigente esportivo relacionado ao fato retornava à mídia, acusado de irregularidade. Em 2017, um ano depois de seu término, ainda havia grupos de ativistas e ambientalistas engajados no caso, cogitando em realizar manifestações com o objetivo de que a área voltasse a ser zona de proteção ambiental.

Segundo se noticiou na época, o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Golfe não teriam aprovado os campos de golfe já existentes no Rio de Janeiro, pois lhe faltariam condições para a realização das partidas. Essa explicação foi rejeitada, no

entanto, pelos responsáveis dos campos supostamente desaprovados, uma vez que, conforme afirmaram, em nenhum momento, eles receberam vitórias técnicas de órgãos oficiais, seja das olimpíadas, seja da prefeitura do Rio. Para além disso, foi divulgado na imprensa que o próprio presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach, se mostrou surpreso com o posicionamento do prefeito Eduardo Paes, que declarou desconforto em ter de construir um novo campo de golfe para Olimpíada de 2016. A surpresa de Bach vem por conta de que, segundo o presidente do COI, o prefeito chegou mesmo a se esforçar pessoalmente para que a obra fosse feita na cidade. (KONCHINSKI, 2015).

Somente após contestação pública, de movimentos de pressão, ambientalistas, ONGs, população e imprensa, a prefeitura do Rio elaborou documento com vistas a esclarecer tecnicamente a escolha de construir um novo campo de golfe, destacando pontos que apoiaram a decisão. Trata-se do texto *Explicando O Campo de Golfe*, de autoria institucional da Prefeitura do Rio de Janeiro. O documento de 276 páginas é ilustrado com fotos, mapas e gráficos, divulgando argumentos a favor da construção do campo. O discurso municipal oficial é de que a construção é legal, ética, viável e sustentável, e de que o Rio de Janeiro ganhará com o campo de golfe em vários sentidos, inclusive considerando os benefícios que surgirão no futuro.

O início do documento da Prefeitura do Rio relata que, em maio de 2011, foram realizadas visitas técnicas pela Federação Internacional de Golfe (FIG) nos possíveis locais de competição, a saber: no Reserva Uno Golf e no Itanhangá. O Gávea Golf Club nem chegou a ser vistoriado, pois foi considerado inviável, por não respeitar as dimensões espaciais mínimas. Em vista disso, a Prefeitura do Rio informou que o estudo técnico da Federação Internacional de Golfe concluiu não se justificar o uso do campo de golfe do Itanhangá, pois a adequação seria quase tão custosa quanto a construção de novo campo, além de não resultar em legado para a cidade sede, definindo que o terreno do Reserva, uma APA, seria o local indicado para abrigar as partidas de golfe. O documento foi assinado por Arthur Carlos Nuzman, Presidente do Comitê Organizador Jogos Olímpicos Rio 2016.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo de golfe vigora sendo fator de desacordo até hoje. Os aspectos debatidos publicamente sobre ele não são evidências, mas opiniões pessoais configurando um conflito de percepções e de valores. Os debatedores não compartilham das mesmas concepções, tampouco de semelhante ideologia, daí que interpretam conceitos-chave da discussão diversamente, como, por exemplo, o que significa realizar uma olimpíada sustentável, o que é legado olímpico, o que se entende por desenvolvimento racional, o que é público e privado.

Por vezes, as opiniões contrárias são extremas a ponto de se tornarem inconciliáveis. Tal dicotomização concretizou-se na polarização de grupos sociais: os ambientalistas e simpatizantes da causa ambiental *versus* aqueles que julgam exagerados os cuidados ambientais, preocupando-se com o sucesso comercial das olimpíadas. Cada grupo se encarregava de desqualificar o outro ao longo desse processo de ideias dicotomizadas. Se os primeiros eram esquerdotapas, os segundos eram capitalistas selvagens.

O estabelecimento da polêmica já é atestado pela manchete do “Caderno de Esportes” da versão *on-line* da *Folha de São Paulo*, do dia 10/04/2016², que afirma o seguinte: “Em área de preservação ambiental, campo de golfe olímpico gera polêmica”.

No início do corpo da matéria, pode-se ler isto:

Muitos bichos, brisa marinha e verde na paisagem. O lugar cênico que vai receber os jogos de golfe na Olimpíada, rendeu bastante polêmica. Houve muita pressão até que o projeto ficasse pronto. Os ambientalistas continuam sendo contra a iniciativa.

O período inicial do trecho é constituído por um enunciado nominal, sem verbos. O efeito de sentido buscado pelo jornalista com essa estratégia linguística foi o de sugerir uma paisagem natural, com fauna e flora convivendo ainda bem no espaço destinados aos futuros jogos de golfe. A imagem da paisagem, até certo ponto ainda edênica, leva o leitor a imaginar como será o local quando as partidas já estiverem sendo jogadas. Possivelmente, haverá ruptura em relação a esse estado inicial de ainda relativo equilíbrio. Sem equilíbrio, surge mais vigorosa a polêmica, que opõe, de um lado, os ambientalistas e, de outro, os favoráveis ou os indiferentes a que os jogos de golfe sejam, nas olimpíadas, praticados nesse novo local, até então, uma área de proteção ambiental (APA). Essa oposição é que se chama de polarização.

A matéria concede voz à prefeitura do Rio de Janeiro, que busca se defender alegando que a construção do campo de golfe numa área de proteção ambiental foi movida pelo interesse de facilitar a recuperação da área, que já se encontrava devastada, por conta da extração de areia. Por sinal, segundo ela, houve o replantio de árvores e espécie nativas da região. Conforme se percebe, o jornal retrata o embate entre os ambientalistas e os governantes. Os primeiros tentam caracterizar o episódio como contrassenso, ao passo que os segundos tentam se defender sugerindo que sua ação não é nociva à área de proteção ambiental, mas uma defesa, ainda que pouco compreendida pela opinião pública.

Para além desse fator, a matéria da *Folha de S. Paulo* salienta que outro foco de polêmica reside no fato de o empreendimento do campo ser privado e, igualmente, no fato de a construtora ter obtido na negociação um privilégio, a saber: construir prédios mais altos do que o permitido nos terrenos vizinhos à área. No cômputo geral, a matéria da *Folha* tratou com isenção a polêmica, apresentando, as razões de ambos os lados. O jornal procurou manter relativo tom neutro, adotando objetividade e postura descritiva, mais distante possível da passionalidade ou do denunciamento político-partidário. Apesar disso, uma manifestação mais sensível de juízos de valor parciais está no primeiro parágrafo da matéria, haja vista que, ao caracterizar a área do campo de golfe com traços edênicos, o jornalista estabelece um binarismo valorativo entre o antes e o depois da construção do empreendimento.

² <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/04/1759324-em-area-de-preservacao-ambiental-campo-de-golfe-olimpico-gera-polemica.shtml>

A próxima matéria é a do *Jornal Extra*, versão *on-line*, publicado no dia 20/07/16³. O texto - do jornalista Pedro Fonseca e com informações da agência Reuters - apresenta o seguinte título: “Sem principais golfistas e com polêmica sobre campo, volta do golfe aos Jogos é marcada por discórdias”. Interessa destacar, à semelhança do exemplo anterior, a presença do vocábulo “polêmica”, reforçado pela palavra “discórdia”. Assim, a caracterização de polêmica aos debates suscitados pelo campo de golfe olímpico também, em parte, decorre de construção discursiva da imprensa. Para contextualizar a matéria, os três primeiros parágrafos do texto são destinados a um resumo da gênese da polêmica, dando ao texto uma função igualmente didática.

Para recepcionar a volta do golfe às Olimpíadas após 112 anos, o Rio de Janeiro construiu um campo com a promessa de oferecer o que há de melhor aos astros de um dos esportes mais elitistas do mundo, mas em vez de tacadas "hole in one" terá pela frente a ausência dos principais golfistas e uma batalha judicial por acusações de dano ambiental e outras irregularidades.

O retorno do golfe foi decidido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em 2009, na mesma reunião que escolheu o Rio como sede dos Jogos deste ano, impondo aos organizadores a necessidade de disponibilizar um campo de 18 buracos para a competição pela primeira vez desde os Jogos de St. Louis 1904.

A intenção era levar à Olimpíada o glamour do esporte, que acabou se tornando mais um motivo de polêmica em Jogos já marcados por crises que vão da poluição na Baía de Guanabara ao medo de contaminação pelo Zika vírus.

O termo “polêmica” aparece para caracterizar a crise deflagrada pela construção do campo de golfe em área de proteção ambiental. À primeira vista, esses excertos parecem distanciados de qualquer julgamento de valor, sendo capitaneados pela neutralidade. No entanto, não é isso que se verifica, pois o trecho é perpassado por leve ironia, percebida nos seguintes pontos: esperava-se que o retorno do golfe conferisse glamour aos jogos olímpicos, mas esse esporte encabeçou uma polêmica pouco glamourosa. Ironicamente, a volta sem glamour do golfe insere-se numa realidade sem encanto e sem charme, que é bem mais ampla, na qual têm lugar a poluição da baía da Guanabara e a ameaça do Zika vírus. O episódio do campo de golfe é usado, também, pelos jornalistas para criticar a falta de organização da olimpíada do Rio de Janeiro e, na mesma linha, para denunciar as falhas do poder público no Brasil.

A matéria do *Extra* faz questão de apresentar as outras irregularidades do episódio, como o fato de a construção da obra ter sido possível em virtude de alteração da legislação urbanística da área, o que terminou por privilegiar os investidores privados que bancaram os custos do campo, estimados em 60 milhões de reais. Em função de tal fato, o Ministério Público acionou a Justiça contra o projeto. Com vistas a dar maior lastro ao teor de crítica da matéria que assina, Pedro Fonseca transcreve as palavras de Marcus Leal, que esteve à frente de uma ação civil pública com o objetivo de anular a licença ambiental ao projeto do campo de golfe.

³ <https://extra.globo.com/noticias/economia/sem-principais-golfistas-com-polemica-sobre-campo-volta-do-golfe-aos-jogos-marcada-por-discordias-19751307.html>

Lamento profundamente que aquele espaço destinado à conservação tenha sido objeto de transformação tendo como objetivo os Jogos Olímpicos, e agora se vê uma dupla derrota para a cidade, esportiva e ambiental", disse à Reuters o promotor Marcus Leal, coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do Ministério Público estadual do Rio de Janeiro.

A transcrição da opinião de Marcus Leal imprime à matéria tonalidade patética, atuando na emoção dos leitores, tentando persuadi-los do duplo fracasso para o Rio de Janeiro: o fracasso ambiental e o fracasso esportivo. No atinente ao último aspecto, o jornalista lembra que golfistas de fama mundial desistiram de participar dos jogos no Rio em virtude de cuidados com a saúde, especialmente para se protegerem de possível contaminação pelo Zika Vírus.

A matéria prossegue com teor crítico na medida em que se concentra na apresentação dos problemas e das irregularidades ligadas ao campo de golfe. Há referência ao movimento "Golfe para Quem?", que objetiva esclarecer os problemas desse acontecimento e tenta reverter as ameaças sociais e ambientais do empreendimento. O *Extra* possibilita que a parte contrária se manifeste acerca de tais questões. A voz é cedida à prefeitura do Rio de Janeiro, que defende a construção do campo de golfe, justificando o projeto por meio de supostas vantagens econômicas e ambientais que ele proporcionaria à população.

A Prefeitura do Rio defende com firmeza a construção do novo campo de golfe, apontando benefícios econômicos e ambientais com o projeto. Segundo o município, um estudo técnico da Federação Internacional de Golfe (IGF) realizado em 2011 sugeriu que a melhor alternativa esportiva e técnica seria construir o novo campo no local onde de fato foi feito, uma vez que o custo seria praticamente o mesmo de fazer as reformas no Itanhangá Golf Club - com o benefício de que o novo ficaria como um legado público. Quanto à questão ambiental, a prefeitura criou um novo parque contíguo ao que foi invadido pelo campo de golfe com uma área de 1,6 milhão de metros quadrados, como forma de compensação pelos 58 mil metros quadrados perdidos com a construção do campo. Depois dos Jogos, o local será público por 20 anos, sob administração da Confederação Brasileira de Golfe (CBG), que montará uma academia de alto rendimento e para golfistas juvenis, além de usar a instalação como sede nacional de um projeto que visa popularizar o esporte no país.

A matéria do *Extra* conferiu espaço semelhante tanto aos detratores do campo de golfe como aos defensores. Os dois lados apresentaram – mediados pelo jornalista - argumentos técnicos e provas racionais. A despeito disso, um argumento patético apareceu na reprodução da fala de Marcus Leal. No que diz respeito ao título da matéria, ele é levemente a favor dos detratores do campo de golfe, haja vista que o jornalista preferiu acentuar os pontos negativos do torneio de golfe, como a ausência de grandes competidores e o sentimento de discórdia que o envolve.

A próxima matéria jornalística foi veiculada em 02/06/2017, na versão on-line da revista *Veja Rio* e assinada pela jornalista Daniela Pessoa⁴. A notícia – pós-jogos olímpicos - tem o seguinte título: “Cercado de polêmica, campo de golfe olímpico vira oásis verde na Barra”. De início, já se nota no título a referência à polêmica, o que deixa evidente que o conflito, a discordância e o dissenso foram elementos associados ao episódio do campo de golfe. Ainda sobre o título, importa salientar a presença de um elemento eufórico, que é a menção a “oásis verde”, que estaria equilibrando o aspecto negativo da palavra polêmica, anteriormente apresentada. No texto noticioso, Daniela Pessoa, inicialmente, recupera uma série de problemas surgidos no decorrer da construção do campo de golfe. Reporta-se às capivaras, aos jacarés, às preguiças, às cobras e aos pássaros, que eram lá vistos; também faz referências às placas espalhadas pelo gramado alertando sobre um possível e inesperado encontro entre os bichos e os atletas.

Em seguida, somam-se parágrafos acentuando aspectos positivos do campo de golfe olímpico. O primeiro deles é que o campo será o palco da 63ª edição do Aberto do Brasil, um dos “mais importantes torneios do continente”. Ainda no entendimento da jornalista, o campo de golfe foi

*Concebido inicialmente pelo arquiteto americano Gilbert Hanse, referência no setor, com dezoito buracos e dois lagos artificiais, o projeto original do campo de golfe foi reformulado e adaptado de forma a seguir os parâmetros ecológicos. Tal tarefa coube a um time formado por sessenta especialistas, com vasta experiência em restauração ambiental, que também tem no currículo as obras do Parque Olímpico, do novo Elevado do Joá e da Ecorrodovia RJ 165, construída para ligar as cidades de Paraty e Cunha. No lugar, com 1 milhão de metros quadrados, dos quais 58 000 estão dentro do Parque de Marapendi, os profissionais plantaram 35 espécies nativas — seis delas ameaçadas de extinção —, totalizando 900 000 mudas. As sementes foram cultivadas com adubo natural e sem agrotóxicos. Uma grama especial, vinda do Texas, nos Estados Unidos, foi usada na área de competição. Tolerante à seca, ela consome até 40% menos água, economizando na irrigação, feita a partir de aquíferos naturais. O oásis verdejante recriado na Barra permitiu, por fim, o resgate da fauna local, atraída pelo aumento de 167% da cobertura vegetal da região. Passaram a dar o ar da graça, por ali, até mesmo animais ameaçados de extinção no estado, como a rara borboleta-da-praia (veja o quadro). “Foi o maior programa de recuperação de vegetação de restinga já realizado no país”, afirma o secretário municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz. Reconhecido como um dos melhores do mundo, o campo carioca recebeu da revista americana *Golf Digest*, a mais importante do segmento, o prêmio anual *Green Star Award 2016*. Pela primeira vez, um campo fora dos Estados Unidos conquistou a premiação, que avalia o cuidado ecológico no projeto*

Em que pese o desenvolvimento do texto ter sido favorável ao campo de Golfe, a jornalista, no final da notícia, apresentou os argumentos empregados pelo Ministério Público e pelos ambientalistas contrários à ideia e à construção do campo. Essa pequena alteração de tom

⁴ <https://vejario.abril.com.br/cidades/cercado-de-polemica-campo-de-golfe-olimpico-vira-oasis-verde-na-barra/>

é articulada pelo elemento coesivo “ainda assim”, estabelecendo entre os enunciados uma relação semântica de concessão.

Ainda assim, o empreendimento continua sob fogo cerrado dos ativistas, contrários à instalação. Eles criticam o fato de a obra ter sido feita em um trecho da Área de Preservação Ambiental (APA) de Marapendi e por envolver também a construção de um luxuoso condomínio de edifícios residenciais dentro do complexo. A instalação do gramado e sua licença ambiental também são questionadas pelo Ministério Público Estadual, que move uma ação civil pública contra a construtora do empreendimento e a prefeitura.

À apresentação do arrazoado dos contrários ao golfe, segue a exibição de um argumento de autoridade, que, é a opinião do professor e geógrafo Marcos Freitas, concluindo a favor do campo de golfe. Eis o final da notícia da *Veja Rio*:

No entanto, para o professor e geógrafo Marcos Freitas, do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais, da Coppe UFRJ, trata-se de uma iniciativa bem-sucedida. “Às vezes é preciso ter a presença de uma atividade econômica para ajudar na preservação da natureza”, avalia. “É melhor regularizar a ocupação do que ter um parque abandonado como o Chico Mendes, no Recreio” Cabe agora à Confederação Brasileira de Golfe, responsável pelo local nos próximos dez anos, cuidar dessa nova área verde da cidade, aberta ao público.

Opostamente aos dois textos jornalísticos anteriores, na notícia de Daniela Pessoa, a ideia e a construção do campo de golfe – mesmo em área de proteção ambiental - são abordadas positivamente. Ainda que a jornalista tenha ciência de que o assunto comporta mais de um ponto de vista, ou seja, embora ela saiba que se trata de uma polêmica, mesmo assim, ela elege o partido dos que celebram a experiência positiva do campo de golfe.

Os argumentos dos que pensam nessa linha podem ser simbolizados pelas concepções do geógrafo Marcos Freitas, para quem é melhor regularizar o errado, se este errado estiver dando certo. Tal maneira de raciocinar, de maneira interdiscursiva, não deixa de pagar tributo ao famoso “jeitinho brasileiro”, na medida em que ilustra, em certa escala, o pensamento segundo o qual os fins justificam os meios. Em última análise, se poderia questionar se as várias pessoas que cometeram irregularidades seriam, igualmente, perdoadas.

Também não passe despercebida a menção do geógrafo para o possível casamento entre economia e preservação da natureza. Resta saber em que medida o texto da *Veja Rio* pode significar apoio velado ou inconsciente ao neoliberalismo e à ideia de uma relativização da moral nos assuntos em que o dinheiro entra poderosamente ou messianicamente no jogo. Em outros termos: se o dinheiro pode salvar tudo, então se deve perdoar os “pecados” do dinheiro?

“Construção do campo de golfe vira polêmica, alvo do MP e de ativistas”⁵ é o título da matéria assinada por Sílvio Barsetti e veiculada, em 24 de março de 2015, pela versão *on-line* do Jornal *O Estado de São Paulo*. A matéria é de considerável extensão em relação às outras reportagens até então aqui arroladas, sendo ilustrada por uma foto de ativistas protestando em frente à área que receberia a disputa das partidas de golfe olímpico. Como é frequente de ocorrer nas notícias sobre o episódio, o termo “polêmica” tem presença garantida nas mensagens jornalísticas: “Depois de 112 anos, o golfe volta à Olimpíada e já tem lugar assegurado entre as principais polêmicas dos jogos de 2016”

No princípio da matéria, o jornalista busca apresentar, de maneira objetiva, uma contextualização dos fatos, explicando a gênese da polêmica, que reside na doação por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro de um terreno de preservação ambiental para a construção do campo de golfe. A empresa de empreendimentos responsável pelo campo ainda terá o direito adicional à exploração comercial da parte do terreno. Para efetivar o projeto, houve necessidade de mudança no zoneamento. Em virtude disso, o Ministério Público do Estado ajuizou duas ações questionando a transação e solicitando a paralisação das obras. Eis o que relata o jornalista sobre isso:

O MP vê irregularidades na concessão da licença ambiental para o campo de golfe olímpico e alega que o estudo técnico foi indevido. Na primeira das ações, ressalta que é preciso impedir a remoção de vegetação nativa e da fauna, a criação de lagos artificiais e o “prosseguimento de toda e qualquer obra de construção das edificações previstas” para o local.

A matéria continua listando as manifestações contra o campo de golfe, de tal forma que parece querer mostrar que a denúncia vai muito além daquela perpetrada pelo Ministério Público, abarcando toda a sociedade civil. São ativistas, estudantes universitários, que contabilizam quase 10 000 simpatizantes distribuídos pelas redes sociais. Uma das críticas mais presentes do movimento é explicitada pela matéria de *O Estado de São Paulo*, na versão *on-line*, da seguinte maneira:

Uma das queixas dos que contestam a solução da prefeitura do Rio diz respeito ao não aproveitamento do campo de um dos clubes mais bem cotados de golfe da América Latina: o Itanhangá Golf Club. Em carta que veio a público ano passado, o presidente do IGC, Alberto Fajerman, revelou que jamais tinha sido procurado pela organização dos Jogos para avaliar a possibilidade de seu clube sediar competições durante a Olimpíada. Ele enfatizou que o local poderia se adequar e atender as exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI).

A matéria, buscando se pautar pelos padrões do jornalismo profissional, ouve a outra parte sobre o assunto em discussão. Com efeito, o presidente da Empresa Olímpica Municipal

⁵ <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,construcao-do-campo-de-golfe-vira-polemica-alvo-do-mp-e-de-ativistas,1656375>

(EOM), Joaquim Carvalho, afastada a possibilidade aventada de usar o Itanhangá, porque se trata de área privada, que não deveria receber recursos públicos. De mais a mais, o presidente acrescenta que o Itanhangá não tem condições de abrigar 20 mil pessoas. E conclui enfatizando dois aspectos: que o campo de golfe olímpico será revitalizado e que a fauna e a flora do local não serão prejudicadas com a construção do campo e dos prédios; que a água consumida para a irrigação do campo não é água para consumo humano.

A outra ação do Ministério Público se propõe a investigar se Eduardo Paes, então prefeito do Rio de Janeiro, cometeu ou não ato de improbidade administrativa, no acordo com a Fiori Empreendimentos para a construção do campo de golfe. O final da reportagem – composto de dois parágrafos - é antecedido pelo subtítulo mal-estar e consta das seguintes informações:

MAL-ESTAR

No fim de fevereiro, em conversa informal com repórteres, Paes comentou que “não teria feito este campo de golfe nunca” se dependesse dele e acrescentou que só deu continuidade ao projeto porque “todos os pareceres” indicavam que os demais campos existentes no Rio – além do Itanhangá, o do Gávea Golf – não serviam para os Jogos. Durante um encontro com universitários no Rio, o presidente do COI, Tomas Bach, apresentou outra versão sobre a escolha e disse que Eduardo Paes “pressionou muito pela construção desse campo”. Sobre a denúncia de desrespeito ambiental, a Fiori sustenta que “é mera executora do projeto” concebido pelo Comitê Rio-2016 e nega eventual prejuízo à fauna e flora. O Rio-2016, de acordo com seu diretor de Comunicação, Mario Andrada, afirma que o “ganho ambiental” na área “é um sucesso” e que a cidade será agraciada “com o melhor campo esportivo público do Brasil”.

A matéria concentra-se no relato daquilo que se poderia chamar de imbróglio do caso do campo de golfe. O jornalista dá mostras de desejar acentuar o território de ninguém em que se transformou a construção do campo de golfe olímpico. Prova disso é o prefeito Eduardo Paes, em conversa informal, dizendo-se arrependido da construção. O binômio formal X informal é revelador do ser X parecer da política brasileira. O jogo do formal e do informal esconde uma incompetência e uma negligência no tratamento da coisa pública, que é gerida ao acaso, pelo interesse meramente individual, pela transferência infantil de responsabilidades.

A matéria de *O Estado de São Paulo* busca pintar um quadro negativo dos negócios que envolveram a construção do campo de golfe olímpico. Os fatos, os testemunhos, os relatos, as entrevistas, foram organizados de tal maneira a criar para o leitor um efeito de sentido de confusão, de falta de direção e de ingerência. A sensação de desordem advém da composição da matéria e não exatamente do posicionamento explícito ou dos comentários do jornalista.

5. CONCLUSÕES

Levaram-se em conta, para a elaboração do presente artigo, órgãos jornalísticos – na versão online -, que tratam ocasionalmente de matéria ambiental, ou seja, que não integram a imprensa ambiental, a qual existe em função da divulgação maciça de notícias relativas ao meio ambiente. Dos textos de jornais selecionados, sugerem-se as seguintes categorias de temas e de

procedimentos discursivos: 1) o campo de golfe olímpico como evento polêmico; 2) a perda de um espaço especial da natureza; 3) a concessão igualitária de voz aos dois lados da polêmica, numa busca de conciliar os interesses do público e do privado. 4) a necessidade de um tratamento didático do conflito; 5) abordagem crítica equilibrada da questão, podendo ocultar interesses capitalistas; e 6) a tensão ora latente ora manifesta entre ambiente construído, sustentabilidade e meio ambiente.

Observando a grande imprensa *on-line*, conclui-se que ela ilustrou o evento do campo de golfe olímpico como polêmico, caracterizado por gestão do dissenso e do desacordo, já que o conflito não é resolvido, podendo, quando muito, ser amenizado. Nesse aspecto, faz-se significativo o emprego reiterado e explícito do vocábulo “polêmica”. Por meio do discurso dos jornalistas, os “partidos” dessa polêmica são inscritos no texto verbal. Por sinal, ao denominarem o evento comunicativo de “polêmica”, os próprios jornalistas aceitam que se trata de discussão não concluída, em progresso. A polêmica se constrói sob a ideia de possível perda de um espaço edênico, que daria lugar a um campo de golfe, configurando a tensão natureza X cultura. Essa eventual perda é cogitada por todos, ainda que com diferentes graus de intensidades, podendo, inclusive, ser justificada por alguns.

Nos textos examinados, a polêmica não ficou completamente configurada. Ocorre que este estudo se restringiu aos grandes órgãos da imprensa, em que a defesa do meio ambiente não é celebrada com o mesmo vigor da imprensa verde, em que o engajamento político-ideológico se alça ao primeiro estágio, ultrapassando a informação referencial. Quanto ao mais, a postura desses órgãos jornalísticos teria sido mais condescendente ao episódio do campo de golfe em decorrência de eles próprios representarem poderosos grupos capitalistas de informação. Diante de assunto grave e com tantas evidências contrárias ao campo de golfe, o excesso de reserva e de contenção dos grandes órgãos da imprensa *online* em fazer críticas e investigações teria sido legitimado, num primeiro momento, por pretensa busca de neutralidade, que ocultaria uma espécie de consciência de classe capitalista.

Dessa forma, acredita-se que, nos órgãos de comunicação verde mais especializados, dirigidos por ambientalistas, a polêmica teria se desenvolvido com maior dose de dicotomização e polarização, valorizados como veículo não apenas para informar leitores, mas para inflamar e instrumentalizar eventuais ativistas da causa do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTINO, Lucas. Denúncias sobre campo de golfe olímpico motivam nova manifestação nesta quinta. <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/denuncias-sobre-campo-de-golfe-olimpico-motivam-nova-manifestacao-nesta-quinta-21848274>, 2017.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. **Comunicação ambiental**: reflexões práticas em educação e comunicação ambiental. São Paulo: Paulus, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. As síndromes do jornalismo ambiental brasileiro. In: MELO, José Marques (Org.). **Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: Intercom, 2008. p.161-172,

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, jornalismo e sustentabilidade: apontamentos críticos. In: ____ (Org.). **Comunicação empresarial e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2015. p.51-69.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**. São Paulo: Mojoara, 2007.

JOHN, Liana. Internet. In: TRIGUEIRO, André et al. **Manual de comunicação e meio ambiente**. São Paulo: Peirópolis, 2004. p. 77-89.

KONCHINSKI, Vinícius. Presidente do COI rebate Paes e diz que campo de golfe é ideia do prefeito.
<https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/02/25/presidente-do-coi-rebate-paes-e-diz-que-campo-de-golfe-e-ideia-do-prefeito.htm> 25/02/2015.

PESSOA, Daniela. **Cercado de polêmica, campo de golfe olímpico vira oásis verde na Barra**.
<https://vejario.abril.com.br/cidades/cercado-de-polemica-campo-de-golfe-olimpico-vira-oasis-verde-na-barra/>
2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Dossiê Campo de Golfe - Porquê construir um novo campo de golfe? Como foi a oficialização e a escolha do terreno Reserva como o melhor local para a instalação. **Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, em 17/03/15. Disponível em: <<http://medium.com/dossiê-campo-de-golfe/porquê-construir-um-novo-campo-de-golfe-d690a9046b95#ayrxvxd0q>>

SAMPIERI, Roberto H; CALLADO, Carlos F.; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5.e.d. Porto Alegre, Penso, 2013